

Licença

Copyright (c) 2026 Gabriel Elias Parente Barreto OKA, Matheus Rudo Antoniassi Pereira de OLIVEIRA, Ana Paula Campos GURGEL



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/). Fonte:

<https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/44676>. Acesso em: 9 out. 2026.

Referência

OKA, Gabriel Elias Parente Barreto; OLIVEIRA, Matheus Rudo Antoniassi Pereira de; GURGEL, Ana Paula Campos. Visível na pesquisa, invisível no currículo: a institucionalização da Sintaxe Espacial no ensino de Arquitetura e Urbanismo . **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 317-333, 2026. DOI: 10.21680/2448-296X.2026v11n3ID44676. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/44676>. Acesso em: 9 out. 2026.

VISÍVEL NA PESQUISA, INVISÍVEL NO CURRÍCULO: A institucionalização da Sintaxe Espacial no ensino de Arquitetura e Urbanismo

Artigo premiado no 3º Simpósio Brasileiro de Sintaxe Espacial.

VISIBLE EN LA INVESTIGACIÓN, INVISIBLE EN EL CURRÍCULO: La institucionalización de la Sintaxis Espacial en la enseñanza de la Arquitectura y el Urbanismo

VISIBLE IN RESEARCH, INVISIBLE IN THE CURRICULUM: The Institutionalization of Space Syntax in Architecture and Urbanism Education

OKA, GABRIEL ELIAS PARENTE BARRETO

Arquiteto e Urbanista, Doutorando em arquitetura, Centro Universitário UDF, e-mail: gabrielparente.arq@gmail.com

OLIVEIRA, MATHEUS RUDO ANTONIASSI PEREIRA DE

Arquiteto e Urbanista, Mestrando em Arquitetura, Universidade de Brasília, e-mail: matheusrudo@gmail.com

GURGEL, ANA PAULA CAMPOS

Arquiteta e Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, e-mail: anapaulagurgel@unb.br

RESUMO¹

Este trabalho investiga como a Sintaxe Espacial (SE), bem como abordagens correlatas, como a Morfologia Urbana e teorias configuracionais, estão incorporadas aos currículos de graduação em Arquitetura e Urbanismo de dezenove instituições brasileiras de ensino superior. O recorte contempla dez instituições inicialmente selecionadas por sua relevância acadêmica e desempenho em avaliações nacionais, além de nove instituições brasileiras vinculadas ao levantamento do Sintaxe Brasil que ainda não haviam sido contempladas na etapa inicial da pesquisa. Busca-se compreender se esses conteúdos aparecem de modo explícito, por meio de disciplinas nomeadas ou referências diretas ao campo, ou de modo implícito, integrados transversalmente a componentes curriculares de urbanismo, projeto, teoria/história e tecnologia. A pesquisa adota abordagem qualitativa, exploratória e documental, fundamentada na análise de Projetos Pedagógicos de Curso, matrizes curriculares, ementas e listagens de disciplinas disponíveis publicamente. Foram mapeados 143 componentes curriculares, dos quais 114 são obrigatórios e 29 optativos. Os resultados indicam forte predominância da presença implícita da SE, identificada em 141 disciplinas, enquanto apenas duas ocorrências foram classificadas como explícitas. Também se observou concentração expressiva no eixo de Urbanismo, responsável por 110 componentes, seguido por Projeto, Teoria/história e Tecnologia. Conclui-se que a Sintaxe Espacial está amplamente presente como horizonte conceitual e metodológico potencial, mas raramente institucionalizada como conteúdo curricular formal. O estudo contribui para os debates sobre currículo, formação profissional e ensino de abordagens configuracionais em Arquitetura e Urbanismo, oferecendo um panorama comparativo ampliado e um procedimento replicável de leitura curricular.

PALAVRAS-CHAVE: sintaxe espacial; ensino de arquitetura e urbanismo; currículo; análise configuracional; formação acadêmica.

RESUMEN²

Este trabajo investiga cómo la Sintaxis Espacial (SE), junto con enfoques relacionados, como la Morfología Urbana y las teorías configuracionales, está incorporada en los planes de estudio de grado en Arquitectura y Urbanismo de diecinueve instituciones brasileñas de educación superior. El recorte contempla diez instituciones seleccionadas inicialmente por su relevancia académica y desempeño en evaluaciones nacionales, además de nueve instituciones brasileñas vinculadas al levantamiento de Sintaxe Brasil que no habían sido incluidas en la etapa inicial de la investigación. Se busca comprender si estos contenidos aparecen de manera explícita, mediante asignaturas nombradas o referencias directas al campo, o de manera implícita, integrados transversalmente en componentes de urbanismo, proyecto, teoría/historia y tecnología. La investigación adopta un enfoque cualitativo, exploratorio y documental, basado en el análisis de Proyectos Pedagógicos de Curso, matrices curriculares, programas de asignaturas y listados de componentes disponibles públicamente. Se mapearon 143 componentes curriculares, de los cuales 114 son obligatorios y 29 optativos. Los resultados indican un fuerte predominio de la presencia implícita de la SE, identificada en 141 asignaturas, mientras que solo dos ocurrencias fueron clasificadas como explícitas. También se observó una concentración significativa en el eje de Urbanismo, responsable de 110 componentes. Se concluye que la Sintaxis Espacial está ampliamente presente como horizonte conceptual y metodológico potencial, pero rara vez institucionalizada como contenido curricular formal.

PALABRAS-CLAVES: sintaxis espacial; enseñanza de arquitectura y urbanismo; currículo; análisis configuracional; formación académica.

ABSTRACT³

This paper investigates how Space Syntax (SS), as well as related approaches such as Urban Morphology and configurational theories, are incorporated into undergraduate curricula in Architecture and Urbanism across nineteen Brazilian higher education institutions. The sample includes ten institutions initially selected for their academic relevance and performance in national evaluations, as well as nine Brazilian institutions linked to the Sintaxe Brasil survey that had not been included in

the initial stage of the research. The study seeks to understand whether these contents appear explicitly, through named courses or direct references to the field, or implicitly, transversally integrated into curricular components related to urbanism, design, theory/history, and technology. The research adopts a qualitative, exploratory, and documentary approach, based on the analysis of Pedagogical Course Projects, curricular matrices, syllabi, and publicly available course listings. A total of 143 curricular components were mapped, of which 114 are mandatory and 29 are elective. The results indicate a strong predominance of implicit SS presence, identified in 141 courses, while only two occurrences were classified as explicit. A significant concentration was also observed in the Urbanism axis, which accounts for 110 components, followed by Design, Theory/history, and Technology. The paper concludes that Space Syntax is widely present as a potential conceptual and methodological horizon, but is rarely institutionalized as formal curricular content. The study contributes to debates on curriculum, professional education, and the teaching of configurational approaches in Architecture and Urbanism, offering an expanded comparative overview and a replicable procedure for curricular analysis.

KEYWORDS: space syntax; architecture and urbanism education; curriculum; configurational analysis; academic education.

Recebido em: 16/06/2026

Aceito em: 01/08/2026

1 INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XX, os estudos sobre a relação entre espaço e sociedade passaram por profundas transformações teóricas e metodológicas. Entre as abordagens que mais contribuíram para esse debate, destaca-se a Teoria da Lógica Social do Espaço, conhecida internacionalmente como Sintaxe Espacial (SE), desenvolvida por Bill Hillier e Julienne Hanson. A partir da publicação de *The Social Logic of Space*, consolidou-se uma perspectiva analítica que ultrapassa a compreensão do espaço como mero suporte físico ou artefato funcional, reconhecendo-o como um sistema relacional estruturado.

Nessa abordagem, edifícios e configurações espaciais não são entendidos apenas como objetos materiais dotados de função e significado simbólico, mas como dispositivos que organizam o vazio, isto é, que configuram padrões de relações entre pessoas. Assim, a arquitetura deixa de ser vista exclusivamente como forma construída e passa a ser interpretada como transformação do espaço por meio de objetos, onde a ordenação espacial corresponde, em essência, à ordenação das relações sociais. Nesse sentido, o espaço é compreendido como um sistema relacional estruturado, no qual a configuração espacial não apenas condiciona padrões de movimento e interação, mas corresponde a um princípio fundamental de organização social, permitindo analisar como diferentes arranjos espaciais produzem e reproduzem formas distintas de estruturação social (Hillier; Hanson, 1984; Hillier, 1996; Hanson, 1998). Desse modo, o espaço adquire centralidade analítica ao estruturar e revelar padrões de movimento, copresença, visibilidade e apropriação, articulando-se a processos mais amplos de produção social do espaço (Lefebvre, 2001) e contribuindo para a compreensão da relação entre configuração espacial e urbanidade no contexto brasileiro (Holanda, 2010; Medeiros, 2013).

Ao longo das últimas décadas, a abordagem consolidou-se internacionalmente como um campo teórico-metodológico aplicado a múltiplas escalas – do espaço doméstico aos sistemas metropolitanos – e dialogando com áreas como planejamento urbano, desenho urbano, patrimônio, segurança pública e estudos ambientais (Medeiros; Holanda 2007; Holanda, 2010). Embora frequentemente mobilizada para compreender padrões de movimento e uso do espaço, a abordagem configuracional também permite analisar relações mais profundas entre espaço e estrutura social, incluindo padrões de diferenciação, hierarquia e desigualdade, conforme evidenciado em estudos clássicos e contemporâneos que demonstram a capacidade da configuração espacial de estruturar interações sociais, comportamentos coletivos e dinâmicas urbanas mais amplas (Penn, 2003; Yamu; Van Nes; Garau, 2021; Rokem; Vaughan, 2018; Qi; Mazumdar; Vasconcelos, 2024).

No Brasil, o interesse pela Sintaxe Espacial ganhou força a partir dos anos 1990, com a formação de grupos de pesquisa em diversas universidades, produção crescente de dissertações e teses, e realização de eventos científicos. Entretanto, enquanto a SE se fortaleceu como campo de pesquisa, sua presença no ensino de graduação em Arquitetura e Urbanismo ainda é pouco conhecida e raramente sistematizada. Diferentemente de áreas tradicionalmente consolidadas nos currículos, como projeto arquitetônico, urbanismo ou representação gráfica - que orientam a formação profissional desde a modernização curricular iniciada na primeira metade do século XX (Monteiro, 2013) - a SE parece ocupar um lugar difuso frequentemente diluído em conteúdos correlatos (como morfologia urbana, planejamento, mobilidade ou leitura do espaço), muitas vezes dependente da iniciativa individual de docentes ou da tradição específica de determinados cursos.

Essa lacuna é relevante porque o currículo constitui o principal mediador entre produção científica e formação profissional, uma vez que organiza e legitima o conhecimento que se torna ensinável e avaliável (Young, 2008; Sá; Fartes, 2010). Nessa perspectiva, Goodson (1997) argumenta que as disciplinas escolares e universitárias constituem construções históricas e sociais, resultantes de processos de seleção, negociação e legitimação do conhecimento. Assim, a incorporação de novos campos científicos aos currículos não ocorre de modo automático, mas depende de processos institucionais que conferem estabilidade e reconhecimento às áreas do conhecimento. Se a SE se consolidou como ferramenta analítica relevante para a leitura e

intervenção no espaço construído, torna-se pertinente questionar: de que modo um campo teórico-metodológico consolidado na pesquisa é formalmente incorporado (ou não) aos currículos de graduação? Em outras palavras, como a Sintaxe Espacial chega (ou deixa de chegar) à formação do arquiteto e urbanista no Brasil? A ausência ou fragilidade de formalização curricular pode indicar acesso desigual ao pensamento configuracional, muitas vezes restrito à pós-graduação ou a experiências extracurriculares, influenciando a previsibilidade desse repertório teórico-metodológico.

Estudos sobre ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, como em Parente (2023), indicam que as matrizes curriculares tendem a organizar-se em torno de três grandes eixos: projeto, teoria/história e tecnologia, estando incluída neste último eixo a representação gráfica e uso de softwares. Dentro desse arranjo, conteúdos de análise urbana e leitura espacial costumam aparecer associados às disciplinas de urbanismo e planejamento. No entanto, ainda são escassas as investigações sistemáticas que examinam se, onde e como a SE se insere nesses arranjos curriculares, se como conteúdo explicitamente nomeado, se como abordagem transversal implícita, ou se apenas como afinidade conceitual não operacionalizada.

O objetivo do estudo foi investigar como e em que medida a Sintaxe Espacial, a Morfologia Urbana e abordagens configuracionais correlatas, compreendidas em sua abrangência tanto no espaço urbano quanto no espaço edificado, estão incorporadas aos currículos de graduação em Arquitetura e Urbanismo de dezenove instituições brasileiras de ensino superior. Este artigo constitui uma versão ampliada e aprofundada de estudo preliminar apresentado no 3º Sintaxe Brasil. Em relação à versão anterior, a pesquisa teve seu corpus ampliado de dez para dezenove cursos de Arquitetura e Urbanismo, incorporando novas instituições brasileiras vinculadas ao levantamento do Sintaxe Brasil. Além da expansão empírica, foram revisados os procedimentos metodológicos, aprofundada a discussão teórica sobre institucionalização curricular e ampliada a análise comparativa dos resultados, conferindo à presente versão um escopo analítico substancialmente mais abrangente.

O recorte contemplou instituições públicas e privadas, selecionadas a partir da versão inicial do estudo (que foi apresentada no Sintaxe Brasil 2026), baseada em cursos reconhecidos por sua qualidade acadêmica, e posteriormente ampliada com a inclusão das instituições brasileiras vinculadas ao levantamento do Sintaxe Brasil que ainda não haviam sido contempladas. Buscou-se, assim, analisar não apenas a presença desses referenciais no âmbito da cidade, mas também sua possível aplicação na compreensão das configurações espaciais internas aos edifícios, reconhecendo que tais teorias tratam, de modo integrado, das relações entre espaço e sociedade em múltiplas escalas.

A investigação procurou compreender se esses conteúdos aparecem de modo explícito, por meio de disciplinas nomeadas ou referências diretas à Sintaxe Espacial e a seus instrumentos, ou de modo implícito, integrados transversalmente a componentes de urbanismo, projeto, teoria/história ou tecnologia. Além disso, buscou identificar padrões de inserção curricular, recorrências disciplinares, distribuição por eixo formativo, natureza dos componentes e localização temporal ao longo do curso. Desse modo, o estudo não se limitou a verificar a existência nominal da Sintaxe Espacial nos currículos, mas também examinou os modos pelos quais seus pressupostos aparecem diluídos em temas como morfologia urbana, estrutura espacial, centralidade, acessibilidade, redes, fluxos, mobilidade, relação espaço-sociedade, geoprocessamento e análise territorial.

Este estudo partiu da premissa de que compreender a inserção curricular da Sintaxe Espacial não constitui apenas um exercício descritivo, mas uma contribuição para o debate mais amplo sobre a qualidade da formação em Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Ao mapear presenças, ausências e modos de integração em dezenove cursos, pretendeu-se oferecer subsídios para reflexões sobre políticas pedagógicas, organização curricular e estratégias de fortalecimento do pensamento configuracional no ensino de Arquitetura e Urbanismo. A ampliação do corpus também permitiu verificar se a consolidação da Sintaxe Espacial como campo acadêmico e rede de pesquisa no Brasil tem correspondência direta com sua institucionalização curricular na graduação, questão que se revelou central para a interpretação dos resultados.

2 METODOLOGIA

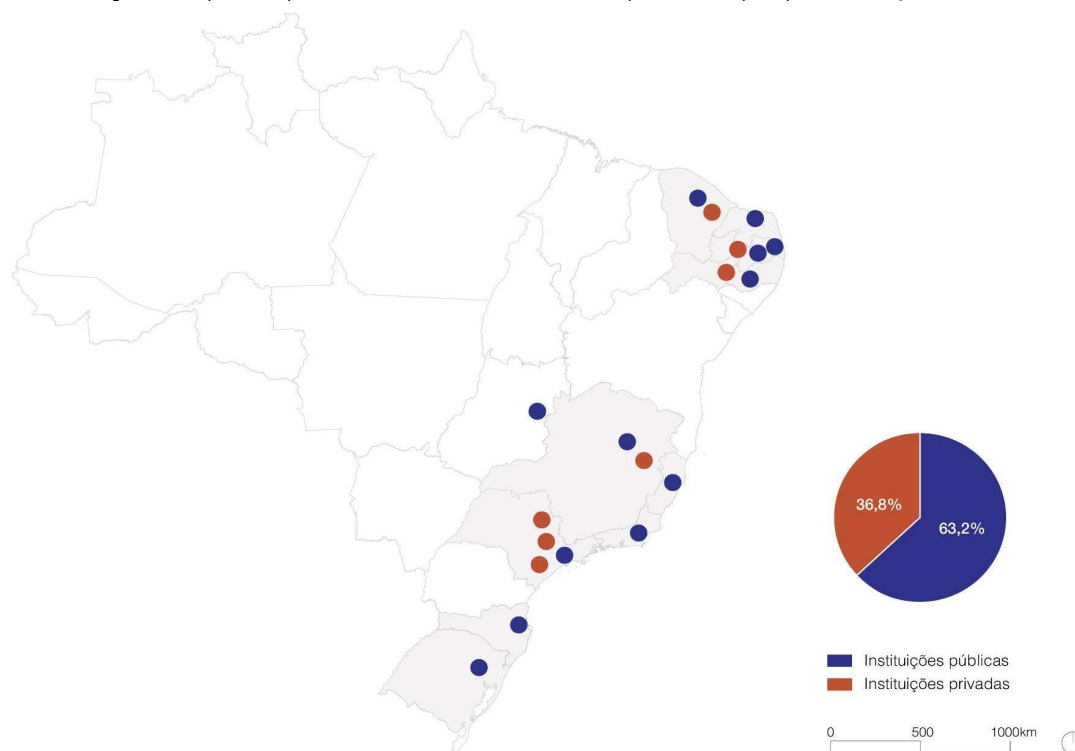
A pesquisa possui caráter qualitativo, exploratório e documental, com foco na análise curricular comparada. O estudo parte do entendimento de que o currículo formal, expresso em Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), matrizes curriculares e ementas, corresponde ao documento público e institucional que materializa concepções pedagógicas, epistemológicas e profissionais de cada curso. Assim, a investigação privilegia fontes oficiais, evitando inferências baseadas em práticas informais ou subjetivas. Nessa perspectiva, a investigação concentra-se no currículo prescrito, compreendido como o conjunto de documentos oficiais que expressam as intenções formativas e a organização institucional do ensino. Conforme Sacristán (2000), o

currículo prescrito constitui apenas uma das dimensões do currículo, distinguindo-se do currículo em ação (efetivamente desenvolvido nas práticas pedagógicas) e do currículo vivido, construído a partir das experiências dos estudantes. Assim, este estudo limita-se à análise do currículo formalmente instituído, não permitindo inferências sobre as práticas didáticas efetivamente desenvolvidas em sala de aula, nos ateliês ou em outras atividades de formação.

Essa opção metodológica fundamenta-se na compreensão de que o currículo formal atua como mediador institucional entre produção científica e formação profissional, organizando, selecionando e legitimando os conhecimentos considerados ensináveis no interior da universidade. Ao privilegiar documentos curriculares públicos e oficiais, a pesquisa buscou garantir comparabilidade, rastreabilidade e replicabilidade analítica, ainda que reconheça os limites inerentes a esse tipo de fonte, sobretudo no que se refere à captura da complexidade das práticas pedagógicas cotidianas e das iniciativas docentes não registradas formalmente nos documentos institucionais.

Na versão inicial do estudo, foram analisadas dez instituições brasileiras de ensino superior com cursos de Arquitetura e Urbanismo reconhecidos por sua relevância acadêmica, contemplando instituições públicas e privadas, selecionadas a partir de critérios de desempenho e qualidade institucional, com referência ao Conceito Preliminar de Curso (CPC) divulgado pelo MEC. Para a versão de revista e expandida, o recorte empírico foi ampliado, incorporando as instituições brasileiras vinculadas ao levantamento do Sintaxe Brasil que ainda não haviam sido contempladas na primeira etapa da pesquisa. Com isso, o corpus passou a abranger dezenove cursos brasileiros de Arquitetura e Urbanismo, distribuídos entre instituições públicas e privadas, em diferentes regiões do país (Figura 1).

Figura 1: Mapa de dispersão de universidades selecionadas por cidade e por tipo de instituição.



Fonte: produção própria, 2026.

O recorte ampliado compreende a Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Presbiteriana Mackenzie, Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas), Universidade Christus/Unichristus, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro Universitário de Patos (UNIFIP), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e Universidade Regional do Cariri (URCA).

A ampliação do corpus não teve como objetivo produzir uma representação estatística do conjunto dos cursos brasileiros de Arquitetura e Urbanismo, mas construir um panorama comparativo qualificado sobre a formalização curricular da Sintaxe Espacial em instituições com relevância acadêmica e/ou vínculo com o campo de pesquisa analisado. Dessa forma, o estudo buscou observar não apenas cursos consolidados em avaliações institucionais, mas também instituições associadas à difusão acadêmica da Sintaxe Espacial no Brasil, permitindo verificar se a presença do campo em redes de pesquisa se traduz, ou não, em institucionalização curricular explícita na graduação.

A coleta de dados baseou-se exclusivamente em documentos curriculares disponibilizados nas páginas oficiais das instituições analisadas, incluindo PPCs, quando disponíveis integralmente, matrizes curriculares vigentes, ementas de disciplinas obrigatórias e optativas e listagens de componentes curriculares. Nos casos em que o PPC completo não se encontrava acessível, a análise foi conduzida a partir das informações curriculares publicadas, registrando-se essa condição como parte do próprio desenho metodológico. Não foram utilizados planos de ensino detalhados, materiais didáticos, entrevistas com docentes ou registros de práticas em ateliê, de modo a manter a coerência do recorte documental adotado. O corpus ampliado contemplou dezenove cursos brasileiros de Arquitetura e Urbanismo, distribuídos em diferentes cidades e regiões do país, abrangendo instituições públicas e privadas.

Critérios analíticos para identificação da Sintaxe Espacial

Como a investigação se baseia exclusivamente em documentos curriculares oficiais, reconhece-se que a presença da Sintaxe Espacial nem sempre se manifesta por meio da nomeação explícita do campo ou de seus instrumentos analíticos. Em muitos currículos, conceitos, problemas e abordagens configuracionais aparecem incorporados a disciplinas de Urbanismo, Projeto, Morfologia Urbana ou Planejamento sem referência direta à terminologia da Sintaxe Espacial.

Diante dessa característica, foi construída, especificamente para esta pesquisa, uma categoria analítica destinada a distinguir diferentes formas de inserção curricular da abordagem. Assim, as categorias presença explícita e presença implícita não correspondem a classificações consolidadas na literatura, mas constituem um procedimento metodológico elaborado para permitir a leitura comparativa dos currículos analisados.

Essa estratégia parte do entendimento de que a institucionalização de um campo científico pode ocorrer em diferentes níveis de formalização curricular. Enquanto alguns conhecimentos são reconhecidos por disciplinas específicas e terminologia própria, outros são incorporados de maneira transversal, por meio de conteúdos, conceitos ou problemas compartilhados com áreas afins. Nesses casos, a análise documental permite identificar aproximações conceituais e metodológicas, ainda que não seja possível afirmar, exclusivamente com base nos documentos institucionais, a adoção integral dos referenciais ou procedimentos característicos da Sintaxe Espacial.

Do ponto de vista conceitual, a Sintaxe Espacial foi compreendida, neste estudo, em seu sentido estrito, conforme formulado por Hillier e Hanson (1984), como uma abordagem configuracional que relaciona a estrutura topológica do espaço a padrões de movimento, uso, copresença e interação social, frequentemente operacionalizada por meio de representações específicas e indicadores analíticos. A partir dessa delimitação, estabeleceu-se uma distinção analítica entre presença explícita e presença implícita da SE nos currículos analisados. Considerou-se presença explícita quando a Sintaxe Espacial, a sintaxe urbana ou termos diretamente associados ao campo, como análise configuracional, apareciam nomeados no título da disciplina, na ementa ou nos objetivos declarados, indicando reconhecimento formal do método como conteúdo específico de ensino. Já a presença implícita referiu-se a disciplinas que não nomeavam diretamente a SE, mas apresentavam indícios documentais de aproximação com o raciocínio configuracional, expressos por conteúdos, problemas ou vocabulário compatíveis com a literatura da Sintaxe Espacial, sem que isso implicasse, necessariamente, a adoção explícita do método ou de seus instrumentos analíticos. São exemplos disso o uso de termos como estrutura espacial, morfologia urbana relacional, centralidade, acessibilidade, redes, fluxos, mobilidade, organização espacial e relações espaço-sociedade.

Para conferir maior transparência e reprodutibilidade ao procedimento de classificação, os critérios utilizados para identificar a presença da Sintaxe Espacial nos currículos foram sistematizados em um quadro metodológico. O Quadro 01 sintetiza as categorias analíticas adotadas, seus respectivos critérios de identificação e o grau de evidência documental considerado na análise, permitindo explicitar os parâmetros utilizados na distinção entre presença explícita, presença implícita e ausência de indícios da abordagem configuracional.

Quadro 1: Síntese das categorias analíticas.

Categoria	Critério de identificação	Grau de evidência documental
Presença explícita	Menção direta à Sintaxe Espacial, Sintaxe Urbana, análise configuracional ou a seus instrumentos analíticos na disciplina, ementa ou objetivos.	Alto
Presença implícita	Conteúdos, conceitos ou problemas compatíveis com a abordagem configuracional (morfologia urbana, configuração espacial, centralidade, acessibilidade, redes, fluxos, mobilidade, relações espaço-sociedade etc.), sem referência direta ao método.	Médio
Ausência de indícios	Não foram identificados elementos documentais que permitissem associar a disciplina à abordagem configuracional	Baixo

Fonte: produção própria, 2026.

A análise documental foi conduzida por meio de leitura analítica sistemática dos documentos coletados, com o objetivo de identificar padrões de inserção curricular da Sintaxe Espacial e de abordagens configuracionais correlatas. Para cada disciplina identificada, foram registrados dados relativos à instituição, ao semestre de oferta, à natureza do componente, ao tipo de presença da Sintaxe Espacial, ao eixo curricular predominante e à localização temporal ao longo do curso. As disciplinas foram classificadas como obrigatórias ou optativas, explícitas ou implícitas, e vinculadas aos eixos de Urbanismo, Projeto, Teoria e História ou Tecnologia. Esses dados foram organizados em matrizes analíticas padronizadas, que permitiram tanto a comparação entre instituições quanto a consolidação quantitativa e interpretativa dos resultados. Ao final do processo, foram sistematizados 143 componentes curriculares distribuídos em 19 instituições.

Os dados sistematizados foram analisados de modo descritivo e interpretativo, buscando identificar recorrências, convergências e contrastes entre os currículos examinados, bem como tendências de formalização ou transversalização da Sintaxe Espacial ao longo da formação. A análise privilegiou a identificação de padrões institucionais e curriculares, evitando inferências diretas sobre práticas pedagógicas não explicitadas nos documentos. Assim, o estudo concentrou-se no currículo prescrito e naquilo que as instituições formalmente declaram em seus documentos públicos, sem presumir a totalidade das práticas efetivamente desenvolvidas em sala de aula, laboratórios, oficinas ou ateliês.

A distribuição por tipo institucional também foi considerada na caracterização do corpus. Das dezenove instituições analisadas, doze são públicas e sete são privadas. Essa composição permitiu observar a presença da Sintaxe Espacial em diferentes contextos administrativos e pedagógicos, sem, contudo, pretender estabelecer uma comparação estatística representativa do conjunto do ensino brasileiro de Arquitetura e Urbanismo. O objetivo foi construir um panorama comparativo qualificado, capaz de indicar como a SE aparece formalizada, ou não, em currículos de instituições relevantes para o campo e/ou associadas à difusão acadêmica da Sintaxe Espacial no Brasil.

Por tratar-se de uma investigação documental, os resultados apresentados refletiram o nível de formalização curricular da SE e não esgotaram os modos pelos quais o pensamento configuracional pode ser mobilizado no cotidiano do ensino. Reconheceu-se que ementas e matrizes curriculares tendem a apresentar descrições sintéticas e, por vezes, genéricas, o que pode tanto subestimar quanto superestimar a presença efetiva do método na formação. Ainda assim, entendeu-se que a análise sistemática do currículo prescrito constitui um passo fundamental para compreender os processos de institucionalização, ou sua ausência, de determinados campos do conhecimento na graduação em Arquitetura e Urbanismo. Nesse sentido, o estudo ofereceu uma base comparativa consistente para pesquisas futuras que incorporem dados primários, como entrevistas, planos de ensino, bibliografias completas, exercícios aplicados e análise de produções discentes.

Procedimentos de Análise

A análise foi conduzida em quatro etapas sucessivas. Inicialmente, na Etapa 1, realizou-se o levantamento documental, no qual foram localizados e organizados, para cada instituição, os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) em versão integral, quando disponíveis, as matrizes curriculares mais atualizadas e as ementas

das disciplinas obrigatórias e optativas relacionadas à Sintaxe Espacial, à morfologia urbana e a temas correlatos. Essa etapa teve como base a definição de Sintaxe Espacial proposta por Hillier e Hanson (1984), segundo a qual a configuração espacial, compreendida como o conjunto de relações topológicas entre as partes de um sistema, exerce papel determinante na produção de comportamentos sociais e na organização funcional de edifícios e cidades. Em diálogo com diferentes tradições analíticas da forma urbana, que incluem abordagens descritivas, interpretativas e analíticas, a Sintaxe Espacial foi considerada como um campo metodológico específico, capaz de traduzir a estrutura espacial em indicadores como integração, conectividade, profundidade e escolha. Esses instrumentos ampliam as possibilidades de investigação ao oferecer métricas configuracionais que contribuem para a compreensão de fenômenos como centralidades, vitalidade urbana, segurança, mobilidade e acessibilidade, sem, contudo, substituir ou hierarquizar outras abordagens consolidadas no campo do urbanismo.

Na Etapa 2, realizou-se a leitura analítica e a categorização dos documentos, buscando identificar a presença explícita ou implícita da Sintaxe Espacial, o modo de sua inserção curricular e sua localização temporal ao longo do curso. Considerou-se como presença explícita a nomeação direta da Sintaxe Espacial, da sintaxe urbana ou de seus instrumentos e procedimentos associados. Já a presença implícita foi atribuída aos casos em que os documentos apresentavam compatibilidade conceitual ou metodológica com a lógica configuracional, por meio de temas como morfologia urbana, acessibilidade, centralidade, redes, fluxos, mobilidade, organização espacial, relação espaço–sociedade, geoprocessamento e análise territorial, ainda que sem menção direta à Sintaxe Espacial ou a seus indicadores canônicos.

Em seguida, na Etapa 3, construiu-se uma matriz analítica padronizada, reunindo, para cada instituição e disciplina, informações como nome do componente curricular, semestre de oferta, natureza da disciplina, tipo de presença da Sintaxe Espacial e eixo curricular predominante. As disciplinas foram classificadas como obrigatórias ou optativas; explícitas ou implícitas; e vinculadas aos eixos de Urbanismo, Projeto, Teoria/história ou Tecnologia. A partir dessa matriz, foram consolidados os dados quantitativos do estudo, resultando no mapeamento de 143 componentes curriculares distribuídos em 19 cursos brasileiros de Arquitetura e Urbanismo.

Por fim, na Etapa 4, elaborou-se uma síntese comparativa dos resultados por meio de tabelas-resumo, análises descritivas e interpretações críticas sobre padrões e tendências. Essa etapa permitiu compreender de que maneira a Sintaxe Espacial aparece nos currículos analisados, distinguindo sua presença formalmente declarada de sua presença implícita em conteúdos correlatos. A comparação entre instituições, tipos de disciplina, eixos curriculares e distribuição temporal possibilitou identificar que a Sintaxe Espacial se encontra amplamente disseminada como horizonte conceitual e metodológico potencial, mas raramente institucionalizada como conteúdo curricular explícito na graduação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise documental dos currículos de dezenove cursos brasileiros de Arquitetura e Urbanismo evidencia a permanência de um padrão consistente: a Sintaxe Espacial raramente aparece institucionalizada como conteúdo formal de graduação, ainda que seus pressupostos estejam amplamente disseminados de modo implícito ao longo da formação. Em relação à versão preliminar deste estudo, apresentada no 3º Sintaxe Brasil, o corpus foi significativamente ampliado, passando a incluir universidades brasileiras vinculadas ao evento que ainda não haviam sido contempladas no artigo anterior. Isto reforça a hipótese inicial do estudo e, ao mesmo tempo, a torna mais robusta: há um descompasso entre a consolidação da Sintaxe Espacial como campo de pesquisa acadêmica no Brasil e sua presença curricular explícita nos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

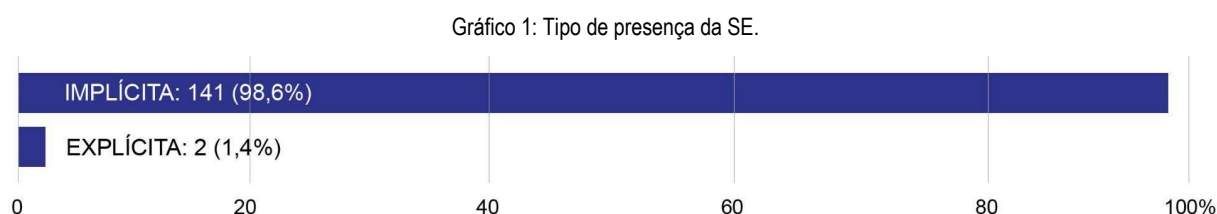
O conjunto analisado passa a abranger dezenove instituições: Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Presbiteriana Mackenzie, Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas), Universidade Christus/Unichristus, sendo essas dez analisadas na primeira etapa da pesquisa, e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro Universitário de Patos (UNIFIP), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e Universidade Regional do Cariri (URCA) adicionadas ao corpus como instituições de relevante presença no Sintaxe Brasil. Em termos institucionais e territoriais, o corpus reúne

doze instituições públicas e sete privadas, distribuídas em onze unidades federativas, com maior concentração em São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará.

Os gráficos e as tabelas-síntese organizam, para cada curso, a presença explícita de Sintaxe Espacial, a presença implícita, a forma de inserção curricular, os semestres de introdução e conclusão, a localização temporal no curso e os eixos disciplinares associados. Diferentemente da versão anterior, os quadros analíticos completos deixam de ser apresentados integralmente, permanecendo apenas os gráficos e tabelas-resumo. Por isso, a interpretação dos resultados passa a enfatizar os padrões agregados do corpus, sem perder de vista que a classificação de presença implícita possui diferentes graus de segurança documental. Em alguns casos, a inferência se apoia em ementas detalhadas, com vocabulário próximo à morfologia urbana, à acessibilidade, à centralidade, aos fluxos, à mobilidade, ao geoprocessamento e à relação entre espaço e sociedade. Em outros, especialmente quando as ementas são genéricas ou ausentes, a presença implícita deve ser entendida como compatibilidade potencial, e não como comprovação de uso efetivo da Sintaxe Espacial em sentido estrito.

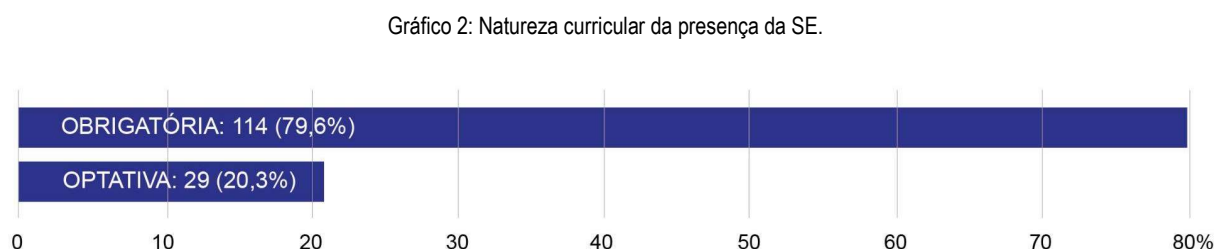
No conjunto dos dezenove cursos, a presença explícita da Sintaxe Espacial permanece excepcional. Apenas dois cursos apresentam componentes curriculares que nomeiam diretamente o campo: a UnB, com a disciplina optativa “Sintaxe Urbana”, e a UFPE, com a disciplina optativa “Sintaxe Espacial”. Em termos proporcionais, isso corresponde a 2 de 19 cursos, ou 10,5% do corpus. Ainda assim, a simples nomeação da disciplina não garante, por si só, a institucionalização plena do método. Mesmo nos casos explícitos, a análise documental exige cautela, pois nem sempre a ementa disponível explicita de modo completo os procedimentos e indicadores canônicos da Sintaxe Espacial, como mapas axiais ou de segmentos, medidas de integração, choice, conectividade, profundidade ou formas de validação configuracional.

A análise por disciplina confirma esse caráter residual da presença explícita. Conforme apresentado no Gráfico 1 a seguir, foram identificadas 143 disciplinas com algum grau de relação explícita ou implícita com a Sintaxe Espacial. Desse total, 141 foram classificadas como implícitas, equivalentes a 98,6%, e apenas 2 como explícitas, equivalentes a 1,4%



Fonte: produção própria, 2026.

Como pode ser observado no Gráfico 2, a distribuição por natureza curricular também é significativa: 114 disciplinas são obrigatórias, ou 79,7% do total, enquanto 29 são optativas, ou 20,3%. Esse resultado indica que os conteúdos compatíveis com a Sintaxe Espacial aparecem de modo disseminado no currículo obrigatório, mas quase sempre diluídos em disciplinas mais amplas de urbanismo, planejamento, projeto, teoria urbana, morfologia, mobilidade ou análise espacial, e não como um corpo metodológico autônomo e nomeado.



Fonte: produção própria, 2026.

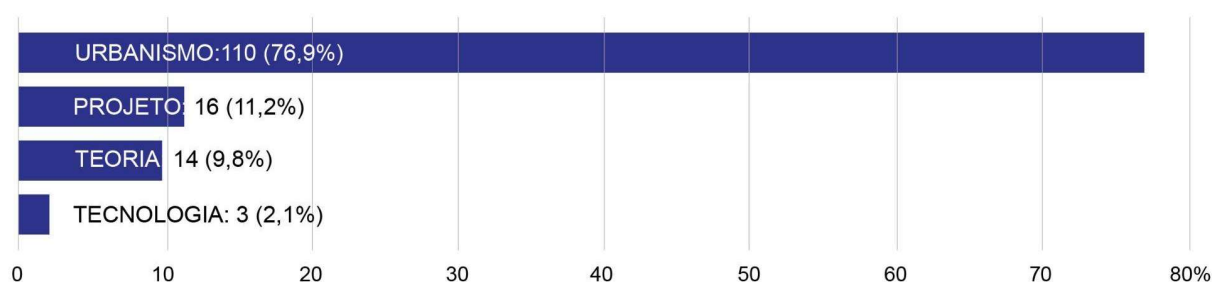
Em contraste com a raridade da presença explícita, a presença implícita aparece em todos os dezenove cursos analisados. Esse consenso, contudo, não deve ser interpretado como homogeneidade. Em parte dos

currículos, a aproximação com a Sintaxe Espacial é mais forte, pois envolve temas como morfologia urbana, estrutura intraurbana, acessibilidade, centralidade, mobilidade, redes, fluxos, organização espacial, uso do solo, desempenho espacial e análise de dados territoriais. Esse é o caso, por exemplo, de disciplinas identificadas na UFRGS, UFMG, Escola da Cidade, UFPB, UFPE, UFSC, UFES e UNICAP. Em outros casos, a presença implícita é mais fraca ou mais dependente de inferência, pois decorre principalmente do pertencimento da disciplina ao campo do urbanismo, do planejamento ou dos estudos urbanos e regionais, sem confirmação textual de métodos configuracionais. Essa ressalva é especialmente importante em instituições nas quais a análise se apoiou mais nos títulos das disciplinas ou em ementas pouco específicas, como UNIFIP, UFCG, UFF e URCA.

Quanto ao modo de inserção curricular, o padrão dominante é a transversalidade. A Sintaxe Espacial, quando presente, tende a operar como abordagem conceitual, analítica ou instrumental no interior de disciplinas já existentes, e não como conteúdo formalmente estruturado em um componente obrigatório específico. Esse padrão aparece tanto nas instituições originalmente analisadas quanto nas novas instituições incorporadas ao corpus. A ampliação dos dados, portanto, não altera a conclusão central do artigo; ao contrário, amplia sua base empírica. A SE aparece menos como disciplina consolidada e mais como horizonte metodológico possível para leitura, diagnóstico e intervenção no espaço urbano.

A predominância da presença implícita também pode ser interpretada à luz das discussões sobre integração curricular. Em vez de constituir uma disciplina autônoma, a Sintaxe Espacial parece operar como um referencial analítico incorporado a conteúdos mais amplos de urbanismo, projeto e planejamento. Esse padrão revela uma forma de difusão interdisciplinar do conhecimento, na qual conceitos configuracionais circulam entre diferentes componentes curriculares sem necessariamente adquirirem identidade disciplinar própria. Conforme observa Goodson (1997), a consolidação de um campo como disciplina depende de processos históricos de institucionalização e legitimação curricular, que nem sempre acompanham o desenvolvimento da pesquisa científica. Assim, embora a transversalidade favoreça o diálogo entre diferentes áreas da formação, ela também pode reduzir a visibilidade da Sintaxe Espacial como campo específico de conhecimento e dificultar sua apropriação sistemática pelos estudantes.

Gráfico 3: Distribuição por eixo curricular.



Fonte: produção própria, 2026.

A distribuição por eixo curricular, apresentada no Gráfico 3, reforça essa interpretação. Das 143 disciplinas identificadas, 110 pertencem ao eixo de Urbanismo, correspondendo a 76,9% do total. O eixo de Projeto reúne 16 disciplinas, ou 11,2%; Teoria/História reúne 14, ou 9,8%; e Tecnologia reúne 3, ou 2,1%. O predomínio do Urbanismo mostra que a compatibilidade com a Sintaxe Espacial se aloja sobretudo em disciplinas voltadas à leitura da cidade, planejamento urbano e regional, desenho urbano, morfologia, mobilidade, uso do solo, infraestrutura, ordenamento territorial e análise de sistemas urbanos. Já os eixos de Projeto e Teoria/História funcionam como campos complementares, nos quais a abordagem sintática aparece como possibilidade de leitura crítica, fundamentação conceitual ou apoio ao processo projetual. O eixo tecnológico, embora numericamente menor, é relevante por concentrar disciplinas ligadas a geoprocessamento, análise espacial de dados e sistemas de informação territorial, isto é, instrumentos que podem favorecer a operacionalização quantitativa de leituras configuracionais.

Em termos de tipologia, os dados permitem reconhecer quatro modos recorrentes de implicitação. O primeiro é o modo conceitual-crítico, centrado em história, teoria urbana, sociologia urbana e leitura das relações entre espaço e sociedade, presente em instituições como USP, UFMG, UFRN, UFPE, UFES e UFPB. O segundo é o modo projetual-estúdio, no qual a leitura do território e a proposição urbanística aparecem vinculadas a ateliês, estúdios e disciplinas de desenho urbano ou projeto urbano, como se observa no Mackenzie, na Escola da Cidade, na PUC Campinas, na UFPB, na UFSC e na Unichristus. O terceiro é o modo técnico-

instrumental, apoiado em geoprocessamento, análise de dados, cartografias, mobilidade, transportes e modelagem espacial, com incidência em instituições como UFMG, UFRGS, Escola da Cidade, UFSC, UFF e UFPE. O quarto é o modo urbanístico-morfológico, predominante no corpus, no qual a aproximação com a Sintaxe Espacial se dá por meio de conteúdos de morfologia urbana, estrutura urbana, planejamento físico-territorial, uso do solo, fluxos, centralidades e organização espacial, recorrentes em UFPB, UFES, UNICAP, UFRGS, UFRN, UFCG, URCA e PUC Minas.

A localização temporal das disciplinas no curso reforça a leitura de uma progressão do tipo “fundamento → aplicação”. Considerando os campos de semestre de introdução e semestre de conclusão, a média de introdução é 2,2, com mediana 2, indicando que a maior parte dos cursos introduz leituras espaciais e urbanísticas compatíveis com a Sintaxe Espacial ainda nos primeiros semestres. Em 9 dos 19 cursos, a aproximação aparece já no 1º semestre; em 16 dos 19, ela ocorre até o 3º semestre. A média de conclusão é 7,0, com mediana 8, o que indica que a maturação desses conteúdos tende a ocorrer nos ciclos intermediários e finais, especialmente quando os estudantes passam a lidar com planejamento, desenho urbano, projeto urbano, mobilidade, análise territorial e instrumentos de intervenção.

Os padrões temporais também se diversificam com a ampliação do corpus. O padrão início-fim aparece em 9 cursos, nos quais a leitura espacial surge cedo e retorna em disciplinas avançadas. O padrão início-meio aparece em 6 cursos, nos quais a concentração ocorre principalmente entre os semestres iniciais e intermediários. O padrão meio-fim aparece em 3 cursos, nos quais a aproximação com temas compatíveis com a Sintaxe Espacial se concentra mais tardiamente. Há ainda um caso de concentração inicial, representado pela UFF, em que o recorte identificado se localiza de modo mais restrito no início da formação, com uma disciplina obrigatória no 3º semestre e uma optativa de análise espacial de dados geográficos. Em conjunto, os dados sugerem que a SE, quando entra de modo implícito, atua primeiro como competência de leitura e interpretação do espaço urbano e, posteriormente, como possível ferramenta de suporte ao planejamento, ao desenho urbano e à intervenção projetual.

O campo das disciplinas identificadas permite observar que a compatibilidade com a Sintaxe Espacial se aloja principalmente em quatro famílias disciplinares. A primeira é formada por disciplinas de urbanismo, planejamento urbano e regional, ordenamento territorial e desenho urbano, que constituem o núcleo mais recorrente do corpus. A segunda reúne disciplinas de morfologia, forma urbana, mobilidade, transportes, infraestrutura e uso do solo, nas quais aparecem os indícios mais próximos do núcleo configuracional da SE. A terceira é composta por disciplinas de teoria, história, sociologia urbana e espaço-sociedade, que sustentam uma leitura crítica da cidade sem necessariamente avançar para a metrificação do espaço. A quarta envolve disciplinas de tecnologia, geoprocessamento, análise espacial de dados e cartografia, que criam condições instrumentais para análises quantitativas, ainda que raramente nomeiem a Sintaxe Espacial ou seus indicadores.

A expansão dos dados, portanto, não altera a conclusão principal da versão anterior, mas a torna mais consistente. A Sintaxe Espacial aparece no currículo brasileiro de Arquitetura e Urbanismo menos como conteúdo formalizado e mais como repertório potencial, disperso em disciplinas de urbanismo, projeto, teoria e tecnologia. O padrão dominante é: presença explícita rara, presença implícita ampla, inserção majoritariamente transversal, introdução precoce e consolidação tardia. A diferença em relação ao corpus anterior é que a presença explícita deixa de ser um caso isolado e passa a ocorrer em dois cursos; ainda assim, permanece estatisticamente marginal diante do universo de disciplinas analisadas.

Em síntese, os dados apontam para um cenário em que a Sintaxe Espacial opera como horizonte metodológico possível, mas não como conteúdo plenamente institucionalizado na graduação. Para demonstrar presença de SE em sentido estrito, seria necessário encontrar sinais documentais mais específicos nos PPCs, matrizes e ementas, como menções a análise configuracional ou topológica, mapas axiais, análise de segmentos, integração, choice, conectividade, profundidade, inteligibilidade, visibilidade, co-presença ou procedimentos de validação espacial. A ausência recorrente desses elementos indica que o campo já influencia, direta ou indiretamente, a formação urbanística brasileira, mas sua incorporação curricular permanece fragmentária, dependente de iniciativas pontuais, optativas específicas ou abordagens transversais diluídas em disciplinas mais amplas.

A Tabela 1 e os Gráficos 1, 2 e 3 sintetizam os resultados da Etapa 3, estruturada como mapeamento disciplina-a-disciplina e posterior consolidação estatística dos dados. O recorte ampliado abrange 143 componentes curriculares de 19 instituições brasileiras de Arquitetura e Urbanismo, classificados por universidade, semestre, natureza curricular, tipo de presença da Sintaxe Espacial (SE) e eixo curricular. Considerou-se como “presença explícita” a nomeação direta da Sintaxe Espacial ou de seus instrumentos, e como “presença implícita” a compatibilidade conceitual com a lógica configuracional do campo, observada em

temas como morfologia urbana, acessibilidade, centralidade, redes, fluxos, mobilidade, organização espacial, relação espaço–sociedade, geoprocessamento e análise territorial, ainda que sem adoção formal de seus indicadores canônicos.

Tabela 1: Resultados por universidade.

Universidade	Total	Obrigatórias	Optativas	Explícitas	Implícitas
USP	5	5	0	0	5
UnB	6	4	2	1	5
UFRGS	11	6	5	0	11
UFMG	16	9	7	0	16
UFRN	7	5	2	0	7
MACKENZIE SP	16	11	5	0	16
Escola da Cidade SP	10	10	0	0	10
PUC Minas	9	9	0	0	9
PUC Campinas	9	9	0	0	9
Unichristus-CE	7	7	0	0	7
UEPB	12	9	3	0	12
UFPE	4	3	1	1	3
UFSC	5	4	1	0	5
UNIFIP	3	3	0	0	3
UFCG	7	7	0	0	7
UFES	6	4	2	0	6
UFF	2	1	1	0	2
UNICAP	3	3	0	0	3
URCA	5	5	0	0	5
Total	143	114	29	2	141

Fonte: produção própria, 2026.

O primeiro achado (Gráfico 1), é o forte desequilíbrio entre presença implícita e explícita. Das 143 disciplinas identificadas, 141 foram classificadas como implícitas, correspondendo a 98,6% do total, enquanto apenas 2 foram classificadas como explícitas (1,4%). As duas ocorrências explícitas correspondem a disciplinas optativas: “Sintaxe urbana”, na Universidade de Brasília, e “Sintaxe Espacial”, na Universidade Federal de Pernambuco. Esse resultado confirma que a SE raramente aparece como conteúdo formalmente declarado nos currículos, predominando como referencial conceitual, analítico ou instrumental difuso, incorporado a disciplinas mais amplas de urbanismo, projeto, teoria urbana, morfologia, mobilidade e análise espacial.

A reduzida ocorrência de componentes curriculares explicitamente dedicados à Sintaxe Espacial sugere que a consolidação do campo como área de pesquisa ainda não se traduziu em sua institucionalização no currículo de graduação. Conforme argumenta Young (2008), o currículo constitui um mecanismo de seleção e legitimação do conhecimento, definindo quais saberes passam a integrar a formação profissional de maneira formal e sistemática. Nesse sentido, a baixa presença explícita observada indica que, embora a Sintaxe Espacial tenha alcançado reconhecimento acadêmico, sua incorporação curricular permanece dependente

de iniciativas localizadas, sem constituir ainda um conhecimento estabilizado no núcleo formativo dos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

O segundo achado refere-se à natureza dos componentes curriculares. Do total de disciplinas mapeadas, como observado no Gráfico 2, 114 são obrigatórias, correspondendo a 79,7%, enquanto 29 são optativas, equivalentes a 20,3%. Todas as disciplinas obrigatórias apresentam presença implícita da SE; as duas ocorrências explícitas localizam-se no campo das optativas. Esse dado é relevante porque indica que, no núcleo estruturante dos cursos, a Sintaxe Espacial opera sobretudo como abordagem transversal não formalizada. Sua nomeação direta, quando ocorre, depende de componentes eletivos ou de escolhas formativas específicas, e não de uma institucionalização sistemática no currículo obrigatório.

A Tabela 1 indica a distribuição dos resultados por universidade. UFMG e Mackenzie-SP concentram o maior número de disciplinas identificadas, com 16 componentes cada, seguidas pela UFPB, com 12, pela UFRGS, com 11, e pela Escola da Cidade-SP, com 10. Em seguida aparecem PUC Minas e PUC Campinas, ambas com 9 disciplinas; UFRN, Unichristus-CE e UFCG, com 7; UnB e UFES, com 6; USP, UFSC e URCA, com 5; UFPE, com 4; UNIFIP e UNICAP, com 3; e UFF, com 2. Apesar dessa variação quantitativa, a distribuição confirma um padrão comum: em praticamente todas as instituições, a presença da SE se dá de forma implícita, com exceção da UnB e da UFPE, que apresentam uma disciplina explicitamente nomeada.

A análise por universidade também evidencia que a maior quantidade de disciplinas compatíveis com a Sintaxe Espacial não implica, necessariamente, maior grau de formalização do campo. UFMG e Mackenzie-SP, por exemplo, aparecem como as instituições com maior número de componentes relacionados ao tema, mas todas as ocorrências são implícitas. Já a UnB e a UFPE, embora apresentem totais menores de disciplinas mapeadas, são as únicas instituições com presença explícita. Esse contraste mostra que a disseminação dos pressupostos da SE e sua institucionalização nominal são fenômenos distintos: a primeira ocorre de modo amplo e transversal; a segunda permanece restrita e pontual.

O terceiro achado diz respeito à distribuição por eixo curricular, sintetizada no Gráfico 3. O eixo Urbanismo concentra 110 disciplinas, correspondendo a 76,9% do total. Em seguida aparecem Projeto, com 16 disciplinas, ou 11,2%; Teoria e História, com 14, ou 9,8%; e Tecnologia, com 3, ou 2,1%. A predominância do Urbanismo evidencia que a aproximação com a lógica configuracional ocorre sobretudo em componentes voltados à leitura, interpretação, planejamento e intervenção no espaço urbano. Essa concentração confirma que a Sintaxe Espacial, mesmo quando não nomeada, encontra maior aderência em disciplinas que lidam com estrutura urbana, morfologia, mobilidade, centralidade, fluxos, uso do solo, infraestrutura, desenho urbano e planejamento urbano e regional.

Embora esse predomínio confirme a forte associação entre a Sintaxe Espacial e o campo do Urbanismo, ele também evidencia uma apropriação curricular parcial da abordagem. Desde sua formulação original, a Teoria da Lógica Social do Espaço foi concebida para analisar configurações espaciais em múltiplas escalas, desde edifícios e ambientes internos até sistemas urbanos e metropolitanos (Hillier; Hanson, 1984; Hillier, 1996). Entretanto, os resultados indicam que, na graduação em Arquitetura e Urbanismo, sua institucionalização permanece fortemente concentrada na leitura da cidade e do território. Esse cenário sugere que as potencialidades da Sintaxe Espacial para a análise da arquitetura, da organização espacial dos edifícios e das relações configuracionais em escala edilícia ainda são pouco exploradas nos currículos analisados.

A presença nos eixos de Projeto e Teoria e História, embora menos numerosa, também é significativa. No caso de Projeto, a aproximação com a SE tende a ocorrer por meio de ateliês, estúdios e disciplinas de intervenção urbana, nas quais a leitura do território subsidia propostas espaciais e urbanísticas. No eixo Teoria/história, a presença implícita aparece principalmente em disciplinas voltadas à urbanização, história urbana, teoria do urbanismo e relações entre espaço e sociedade. Nesses casos, a contribuição é mais conceitual e interpretativa, funcionando como base para compreender a forma urbana e seus efeitos sociais, ainda que sem necessariamente avançar para procedimentos métricos ou configuracionais.

O eixo Tecnologia apresenta apenas 3 ocorrências, ou 2,1% do total, mas possui importância estratégica. As disciplinas desse grupo estão associadas a instrumentos como geoprocessamento, análise espacial de dados e representação territorial, criando condições técnicas para a operacionalização quantitativa da leitura urbana. Ainda assim, sua baixa incidência sugere que a dimensão instrumental mais próxima da aplicação metodológica da Sintaxe Espacial permanece pouco consolidada nos currículos analisados. Em outras palavras, há ampla presença de temas compatíveis com a SE, mas pouca formalização de procedimentos analíticos capazes de aproximar esses conteúdos dos indicadores configuracionais do campo.

O quarto achado refere-se à localização temporal das disciplinas obrigatórias. Considerando apenas os componentes obrigatórios, a presença relacionada à SE distribui-se do 1º ao 9º semestre, com média

aproximada de 4,6 e mediana no 5º semestre. Observam-se picos no 4º e 5º semestres, com 17 e 18 disciplinas, respectivamente, além de presença expressiva no 3º e 7º semestres, ambos com 15 ocorrências. A distribuição é mais reduzida no 9º semestre, com apenas 2 disciplinas. Esse padrão sugere que os conteúdos compatíveis com a Sintaxe Espacial se concentram principalmente no meio da formação, quando os estudantes já possuem repertório inicial de leitura urbana e passam a lidar de maneira mais sistemática com planejamento, desenho urbano, mobilidade, infraestrutura e intervenção territorial.

Nos semestres iniciais, predominam combinações entre Projeto, Teoria e História e introduções ao Urbanismo, indicando que a aproximação com a SE se inicia como competência de leitura e interpretação do espaço. A partir do 3º e, sobretudo, do 4º semestre, o eixo do Urbanismo torna-se dominante, concentrando a maior parte das disciplinas relacionadas. Essa predominância se intensifica nos ciclos intermediários e avançados, quando a formação passa a articular diagnóstico urbano, estrutura territorial, planejamento, mobilidade, infraestrutura, desenho urbano e proposição projetual. Assim, a localização temporal reforça a leitura de uma progressão formativa do tipo “fundamento → aplicação”: primeiro, a leitura crítica e conceitual do espaço; depois, sua mobilização como suporte à análise, ao planejamento e ao projeto urbano.

Em síntese, os resultados consolidados da Etapa 3 indicam que a Sintaxe Espacial está amplamente presente como horizonte conceitual e metodológico potencial, mas raramente institucionalizada como conteúdo formal. O padrão geral identificado é composto por quatro elementos principais: predominância de disciplinas obrigatórias, presença explícita residual, presença implícita quase total e forte concentração no eixo Urbanismo. A ampliação do corpus para 19 universidades e 143 disciplinas confirma a tendência já observada na etapa anterior: a SE atravessa a formação urbanística brasileira de maneira difusa, mas sua nomeação direta e sua operacionalização por indicadores, procedimentos e instrumentos específicos ainda permanecem marginais nos currículos de graduação.

Um aspecto particularmente relevante evidenciado pela ampliação do corpus refere-se ao contraste entre a produção científica e a institucionalização curricular da Sintaxe Espacial. A inclusão de instituições reconhecidas por sua atuação em redes de pesquisa, pela formação de pesquisadores e pela produção acadêmica no campo permitiu verificar se a consolidação da Sintaxe Espacial na pesquisa brasileira encontraria correspondência em sua presença formal nos currículos de graduação. Esperava-se que a forte inserção dessas universidades na produção do conhecimento se refletisse em uma institucionalização curricular igualmente consolidada. Entretanto, os resultados mostram que, mesmo em instituições que pesquisam, publicam e contribuem ativamente para o desenvolvimento da área, a Sintaxe Espacial permanece, em grande medida, invisível como conteúdo formal dos currículos, aparecendo predominantemente de forma implícita em disciplinas de Urbanismo, Projeto e áreas correlatas. Esse resultado reforça o argumento central deste estudo e evidencia que a consolidação de um campo científico na pesquisa não implica, necessariamente, sua incorporação explícita ao currículo da graduação.

Os resultados permitem, portanto, refletir sobre os processos de institucionalização do conhecimento no ensino superior. A consolidação de um campo científico na pesquisa não implica, necessariamente, sua incorporação imediata aos currículos, uma vez que as matrizes curriculares constituem estruturas relativamente estáveis, condicionadas por processos institucionais de revisão, disputas epistemológicas e prioridades formativas (Young, 2008). De modo convergente, Goodson (1997) argumenta que a consolidação de novos campos disciplinares depende de processos históricos de institucionalização e negociação curricular. Nesse contexto, a discrepância observada entre o fortalecimento da Sintaxe Espacial como campo de investigação e sua reduzida formalização nos cursos de graduação pode ser compreendida como expressão dos diferentes ritmos de evolução entre a produção científica e a organização curricular. Assim, os resultados deste estudo sugerem que a ampla difusão da Sintaxe Espacial nas redes de pesquisa brasileiras ainda não foi acompanhada por um processo equivalente de institucionalização no currículo formal dos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação documental realizada a partir de PPCs, matrizes curriculares e ementas, quando disponíveis, permite afirmar que, no recorte ampliado de dezenove cursos brasileiros de Arquitetura e Urbanismo analisados, a Sintaxe Espacial (SE) aparece de modo majoritariamente não institucionalizado como conteúdo formal de graduação, ainda que seus pressupostos estejam amplamente disseminados em temas recorrentes do ensino de urbanismo, projeto, teoria e tecnologia. Em termos sintéticos, os resultados indicam que a presença explícita permanece rara, com apenas duas ocorrências nominais em disciplinas optativas, enquanto a presença implícita é amplamente predominante, abrangendo 141 das 143 disciplinas mapeadas. Isso sugere que a lógica configuracional, entendida como relação entre estrutura espacial, práticas sociais e

fenômenos urbanos, costuma ser absorvida no currículo como pano de fundo interpretativo, e não como método declarado com indicadores, procedimentos e instrumentos próprios.

Do ponto de vista curricular, esse padrão se confirma por três evidências convergentes. Primeiro: a maioria das disciplinas mapeadas pertence ao eixo de Urbanismo, que concentra 110 componentes, equivalentes a 76,9% do total. Nesse eixo, aparecem com frequência vocábulos e problemas compatíveis com a SE, como estrutura urbana, morfologia, acessibilidade, centralidade, mobilidade, redes, fluxos, infraestrutura, uso do solo e organização espacial, mas quase nunca acompanhados de referência explícita às técnicas e métricas canônicas do campo, como mapas axiais ou de segmentos, integração, choice, profundidade, conectividade e inteligibilidade. Segundo: a inserção ocorre predominantemente em componentes obrigatórios: das 143 disciplinas identificadas, 114 são obrigatórias, correspondendo a 79,7%, enquanto 29 são optativas, equivalentes a 20,3%. Esse dado sugere que o raciocínio configuracional está presente no núcleo estruturante da formação, mas de modo transversal e não formalizado. Ao mesmo tempo, as duas ocorrências explicitamente nomeadas aparecem em disciplinas optativas, indicando que a explicitação da SE tende a ocorrer como aprofundamento específico entre outras abordagens possíveis da configuração urbana, e não como eixo curricular obrigatório. Terceiro: a distribuição temporal das disciplinas obrigatórias indica uma progressão frequente do fundamento para a aplicação: conteúdos de leitura, teoria e sensibilização espacial aparecem nos períodos iniciais, enquanto a aproximação com planejamento, desenho urbano, mobilidade, infraestrutura e análise territorial se intensifica nos semestres intermediários e finais.

Esse cenário produz uma implicação pedagógica central: a SE parece estar presente na formação brasileira mais como horizonte metodológico possível do que como competência explicitamente ensinada, praticada e avaliada. Em outras palavras, as matrizes e ementas registram conteúdos que favorecem raciocínios configuracionais, como a ideia de que a organização espacial condiciona usos, deslocamentos, centralidades e dinâmicas sociais, mas registram raramente o salto para a operacionalização sistemática. Essa passagem envolveria a construção de modelos topológicos, a produção de indicadores, a comparação entre alternativas de desenho, a avaliação configuracional de projetos e a validação analítica dos efeitos espaciais. No corpus analisado, esses procedimentos aparecem mais como possibilidade latente do que como conteúdo curricular explicitamente definido.

Ao mesmo tempo, a pesquisa evidencia um resultado positivo: mesmo quando não nomeada, a SE encontra portas de entrada robustas no currículo. Essas entradas se distribuem principalmente em quatro famílias de componentes. A primeira reúne disciplinas de urbanismo, planejamento urbano e regional, desenho urbano e ordenamento territorial, nas quais a análise da estrutura urbana pode fundamentar diagnósticos, propostas e estratégias de intervenção. A segunda envolve disciplinas de morfologia, forma urbana, mobilidade, transportes, infraestrutura e uso do solo, nas quais aparecem com mais força temas diretamente próximos do núcleo configuracional, como acessibilidade, centralidade, desempenho espacial, redes e fluxos. A terceira é formada por disciplinas e ateliês de projeto urbano, nos quais a análise espacial pode subsidiar decisões projetuais, avaliação de alternativas e coerência entre proposta, contexto e macroestrutura urbana. A quarta corresponde às disciplinas de instrumentação, como geoprocessamento, análise espacial de dados, cartografias e sistemas de informação territorial, que oferecem infraestrutura técnica para quantificação e modelagem, ainda que os documentos analisados raramente confirmem o uso de métricas sintáticas propriamente ditas.

As limitações do estudo também são relevantes e precisam ser assumidas como parte do próprio resultado. Por tratar-se de pesquisa documental, o diagnóstico é condicionado pelo que as instituições publicam e pelo detalhamento dos materiais disponíveis. O acesso apenas a matrizes curriculares, ementas resumidas ou, em alguns casos, somente aos títulos das disciplinas, reduz a capacidade de confirmar se a SE foi efetivamente ensinada como método, isto é, se houve uso de ferramentas, softwares, exercícios, indicadores e procedimentos analíticos específicos. Além disso, ementas frequentemente descrevem objetivos amplos e não capturam a prática real em sala de aula, como bibliografias efetivamente utilizadas, roteiros de trabalho, rubricas de avaliação, exercícios aplicados em estúdios, oficinas, laboratórios ou projetos de extensão. Por isso, a análise documental pode tanto subestimar presenças explícitas não registradas formalmente quanto superestimar compatibilidades temáticas que não se desdobram em ensino efetivo da Sintaxe Espacial.

Diante disso, recomenda-se que pesquisas futuras avancem em quatro direções complementares. A primeira é ampliar a amostragem para além das instituições brasileiras vinculadas ao levantamento do Sintaxe Brasil, incorporando cursos sem associação direta com esse campo de pesquisa, instituições de diferentes portes, regiões e perfis administrativos, cursos públicos e privados, diurnos e noturnos, além de currículos com distintos modelos pedagógicos. Também seria produtivo comparar versões curriculares de uma mesma instituição em diferentes períodos, observando reformas de PPC, mudanças pós-pandemia, reestruturações de matriz e alterações nas diretrizes de ensino. Uma amostra mais ampla permitiria verificar se a raridade da

presença explícita da SE é um traço estrutural do ensino brasileiro de Arquitetura e Urbanismo ou se está relacionada ao recorte institucional analisado.

A segunda direção é refinar os critérios de identificação da SE, criando uma tipologia mais graduada e verificável do que a dicotomia explícita/implícita. Um caminho promissor é trabalhar com níveis de presença: N1, nominal, quando o termo aparece no nome da disciplina ou na ementa; N2, conceitual, quando há discussão clara de configuração, topologia ou relação entre espaço e sociedade; N3, procedimental, quando há descrição de técnicas de representação ou análise configuracional; N4, métrico-operacional, quando há menção ou uso de indicadores e métodos típicos, com exercícios avaliativos; e N5, aplicação projetual, quando a análise configuracional é utilizada explicitamente como suporte a decisões de projeto, diagnóstico urbano ou avaliação de alternativas. Essa gradação reduziria ambiguidades e aumentaria a replicabilidade da análise, permitindo comparar os cursos com mais precisão. Um curso pode não nomear “Sintaxe Espacial”, mas ensinar procedimentos próximos de seu repertório metodológico; outro pode nomeá-la, mas tratá-la apenas como referência geral de morfologia urbana.

A terceira direção é a triangulação metodológica com dados primários coletados diretamente com universidades, docentes, estudantes e egressos. Para superar a limitação do acesso unicamente às ementas, recomenda-se solicitar planos de ensino completos, bibliografias, cronogramas, exercícios, orientações de ateliê e materiais de avaliação; realizar entrevistas semiestruturadas com coordenações de curso, docentes de urbanismo, morfologia, mobilidade, geoprocessamento e projeto urbano; aplicar questionários a estudantes e egressos sobre contato com métodos configuracionais, softwares, indicadores e análises espaciais; e coletar evidências de produção discente, como pranchas, relatórios, mapas, diagnósticos e estudos comparativos de alternativas. Esse conjunto de procedimentos permitiria distinguir com maior precisão entre compatibilidade temática e ensino efetivo de método.

Por fim, a quarta direção consiste em observar a inserção da SE como ecossistema acadêmico, e não apenas como item curricular formal. Isso envolve mapear grupos de pesquisa, laboratórios, disciplinas de pós-graduação que influenciam a graduação, projetos de extensão, iniciações científicas, redes de pesquisa e parcerias com prefeituras ou órgãos públicos nos quais a análise configuracional seja aplicada. Essa abordagem ajudaria a explicar por que determinados cursos apresentam maior densidade de conteúdos compatíveis com a SE e a identificar fatores institucionais que podem favorecer a formalização do método, como tradição docente, linhas de pesquisa consolidadas, infraestrutura computacional, cultura de estúdio, aproximação com SIG, ciência de dados, planejamento urbano e políticas públicas.

Em síntese, o estudo oferece um panorama comparativo ampliado e um procedimento replicável de leitura curricular, indicando que a Sintaxe Espacial, no recorte analisado, está mais presente como substrato conceitual difuso do que como método explicitamente estruturado na graduação. A ampliação do corpus para dezenove universidades e 143 disciplinas reforça, e não enfraquece, essa conclusão: a presença implícita é praticamente generalizada, enquanto a presença explícita permanece residual. Ao mesmo tempo, o próprio mapeamento revela oportunidades claras para fortalecimento curricular. A convergência entre urbanismo, morfologia, mobilidade, projeto urbano e instrumentação analítica cria condições para que a SE possa ser incorporada de modo mais transparente, com objetivos, conteúdos, técnicas, indicadores e formas de avaliação definidos, contribuindo tanto para a formação crítica quanto para a capacidade de diagnóstico e projeto baseado em evidências.

REFERÊNCIAS

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFIP. **Matriz curricular 2023.1: curso de Arquitetura e Urbanismo**. Patos: UNIFIP, 2023. Disponível em: https://unifip.edu.br/arquivos/cursos/matriz_curricular-1711373396.pdf. Acesso em: 15 maio 2026.

ESCOLA DA CIDADE. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **Matriz Curricular: Curso de Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: Escola da Cidade, s. d. Disponível em: https://escoladacidade.edu.br/wp-content/uploads/2024/05/MATRIZ-CURRICULAR_site-vf.pdf. Acesso em: 27 jan. 2026.

ESCOLA DA CIDADE. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **Conteúdos Programáticos: Curso de Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: Escola da Cidade, 2023. Disponível em: <https://escoladacidade.edu.br/wp-content/uploads/2023/07/CONTEU%CC%81DO-PROGRAMA%CC%81TICO-matriz-curricular-2023.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2026.

FERNANDES, S. M. S.; TURINI, I. S. (orgs.). **Currículo: políticas, gestão e formação**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2004.

GOODSON, I. F. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

HANSON, J **Decoding homes and houses**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

- HILLIER, B. **Space is the machine: a configurational theory of architecture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HILLIER, B.; HANSON, J. **The social logic of space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- HOLANDA, F. R. B. (org.). **Arquitetura e urbanidade**. Brasília: Editora UnB, 2010.
- LEFEBVRE, H.. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MEDEIROS, V. A. S.; HOLANDA, F. R. B.. **Configuração espacial e urbanidade: reflexões a partir do contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 7–25, 2007.
- MEDEIROS, V. A. S. **Urbis Brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras**. Brasília: Editora UnB, 2013.
- MONTEIRO, A. M. G. **The Teaching of Architecture and Urbanism in Brazil: 1930–1970**. Docomomo Journal, n. 49, p. 46–51, 2013. Disponível em: <https://docomomojournal.com/index.php/journal/article/view/184>. Acesso em: 28 jan. 2026.
- PARENTE, G. E. A. **Sala de Aula Invertida nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Design de Interiores: Lições aprendidas no exercício de novos métodos de ensino**. 2023. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília, Brasília, 2023).
- PENN, A. Space syntax and spatial cognition: or why the axial line? **Environment and Behavior**, v. 35, n. 1, p. 30–65, 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0013916502238864>.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA CAMPINAS. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **Grade Curricular e Ementas do curso de Arquitetura e Urbanismo**. Campinas: PUC-Campinas, s.d. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/graduacao/arquitetura-e-urbanismo/>. Acesso em: 27 jan. 2026.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA MINAS. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **Grade curricular e Ementas: Curso de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte: PUC-Minas, s. d. Disponível em: <https://www.pucminas.br/campus/coracao-eucaristico/ensino/graduacao/Paginas/Arquitetura-e-Urbanismo.aspx>. Acesso em: 27 jan. 2026.
- QI, J.; MAZUMDAR, S.; VASCONCELOS, A. Understanding the relationship between urban public space and social cohesion: a systematic review. **International Journal of Community Well-Being**, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s42413-023-00214-5>
- ROKEM, J.; VAUGHAN, L. Geographies of violence in Jerusalem: the spatial logic of inter-group conflict. **Political Geography**, v. 66, p. 93–104, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2017.10.005>
- SÁ, M. R. G. B.; FARTES, V. L. B. **Currículo, formação e saberes profissionais**. Salvador: EDUFBA, 2010.
- SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Arquitetura e Urbanismo – 2024.1: currículo 50.A.6 – manhã. Recife: UNICAP, 2024. Disponível em: <https://portal.unicap.br/curriculos/?CodigoValidacao=11.d3ba1b4cbb5d>. Acesso em: 15 maio 2026.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **Projeto político-pedagógico do curso de Arquitetura e Urbanismo – diurno**. Brasília: Universidade de Brasília, s.d. Disponível em: arquivo PDF fornecido pelo autor. Acesso em: 27 jan. 2026.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **PPP – Projeto Político-Pedagógico: Curso de Arquitetura e Urbanismo 2024–2028**. São Paulo: FAU-USP, 2023. Disponível em: <https://www.fau.usp.br/>. Acesso em: 27 jan. 2026.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Grade curricular do curso (código 16011)**. JúpiterWeb – USP Digital. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=16&codcur=16011&codhab=0&tipo=N>. Acesso em: 27 jan. 2026.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Resolução nº 47/2012: aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, do Centro de Tecnologia do Campus I, desta Universidade, revoga a Resolução nº 16/2000 do CONSEPE e dá outras providências. João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2020225192ae1b2146914c05ad5e5db91/Resoluo_N47_2012_Arquitetura.pdf. Acesso em: 15 maio 2026.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Estrutura curricular: Arquitetura e Urbanismo – João Pessoa – presencial – MT – bacharelado**. João Pessoa: UFPB, [2012?]. Disponível em: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/1779916>. Acesso em: 15 maio 2026.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Conselho Universitário. Câmara Superior de Ensino**. Resolução nº 05/2024: reestrutura o Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo, modalidade Bacharelado, do Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Campina Grande, fixada na Resolução CSE/UFCG nº 04/2012, e dá outras providências. Campina Grande: UFCG, 2024. Disponível em: <https://www.sods.ufcg.edu.br/index.php/camara-ensino/resolucoes?download=1119:resoluc>. Acesso em: 15 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Projeto pedagógico do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais**. Versão 2025. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Coordenação de Arquitetura e Urbanismo. Componentes curriculares**. Recife: UFPE, 2016. Disponível em: <https://www.ufpe.br/coord-arquitetura-e-urbanismo/componentes-curriculares>. Acesso em: 15 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Projeto pedagógico: curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPE**. Recife: UFPE, 2010. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/863552/863575/ppc_arquitetura_rev_2016.pdf/87dc0c8a-79f7-46b6-9dab-a65f31f09914. Acesso em: 15 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Currículo do curso 207 – Arquitetura e Urbanismo: currículo 20261**. Florianópolis: UFSC, 2025. Disponível em: https://arquitetura.paginas.ufsc.br/files/2025/12/CURRICULO_ARQUITETURA_E_URBANISMO_20261.pdf-1.pdf. Acesso em: 15 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Centro de Artes. Projeto pedagógico de curso: Arquitetura e Urbanismo**. Vitória: UFES, 2016. Disponível em: https://arquitetura.ufes.br/sites/arquitetura.ufes.br/files/field/anexo/ppc_arquitetura_e_urbanismo_2016.pdf. Acesso em: 15 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto pedagógico do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto pedagógico do curso de Arquitetura e Urbanismo**. Porto Alegre: UFRGS, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Matriz curricular: curso 26 – Arquitetura e Urbanismo**. Niterói: UFF, 2025. Disponível em: <https://app.uff.br/iduff/consultaMatrizCurricular.uff>. Acesso em: 15 maio 2026.

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **Projeto Pedagógico: Curso de Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: Mackenzie, 2022. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/5-graduacao/upm-higienopolis/arquitetura-e-urbanismo/PPC_ARQUITETURA_E_URBANISMO_CEPE_2022_11_10__1_.pdf. Acesso em: 27 jan. 2026.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **Matriz curricular: Arquitetura e Urbanismo**. Juazeiro do Norte: URCA, 2023. Disponível em: <https://www.urca.br/portal2/wp-content/uploads/2023/03/Matriz-Curricular.pdf>. Acesso em: 15 maio 2026.

UNIVERSIDADE UNICHRISTUS. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **Matriz Curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo**. Fortaleza: Universidade Unichristus, s.d. Disponível em: https://www.unichristus.edu.br/wp-content/uploads/2022/07/Matriz-Curricular-Arquitetura-e-Urbanismo-Marco-2023.pdf?utm_source=www.google.com/&utm_medium=Organico&utm_campaign=Direto&utm_content=Home&utm_term=. Acesso em: 27 jan. 2026.

YAMU, C.; VAN NES, A.; GARAU, C. Bill Hillier's legacy: space syntax—A synopsis of basic concepts, measures, and empirical application. **Sustainability**, v. 13, n. 6, p. 3394, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su13063394>

YOUNG, M. F. D. **Bringing knowledge back in: from social constructivism to social realism in the sociology of education**. London; New York: Routledge, 2008.

NOTAS

¹ Texto originalmente publicado no 3º Simpósio Brasileiro de Sintaxe Espacial e selecionado como um dos melhores trabalhos do evento, tendo como premiação a publicação na íntegra na Revista PROJETER – Projeto e Percepção do ambiente, edição de setembro/2026. Versão revisada. A primeira versão do artigo, publicada no evento, intitulava-se: “Entre o implícito e o não formalizado: Sintaxe Espacial nos currículos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil”.

² Texto publicado originalmente em el 3º Simposio Brasileño de Sintaxis Espacial y seleccionado como uno de los mejores trabajos del evento, cuyo premio fue su publicación íntegra en la ‘Revista PROJETER – Projeto e Percepção do Ambiente’, edición de septiembre de 2026. Versión revisada. La primera versión del artículo, publicada en el evento, se titulaba: “Entre lo implícito y lo no formalizado: Sintaxis espacial en los planes de estudio de arquitectura y urbanismo en Brasil”.

³ Text originally published in the 3rd Brazilian Space Syntax Symposium and selected as one of the best works of the event, whose award was its full publication in the ‘Revista PROJETER – Projeto e Percepção do Ambiente’, edition of September 2026. Revised version. The first version of the paper, published at the event, was titled: “Between the Implicit and the Unformalized: Space Syntax in Architecture and Urbanism Curricula in Brazil.”

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade dos autores.